

## CIÊNCIA E ARTE POLÍTICA NOS *QUADERNI*: UMA CONCEPÇÃO DIALÓGICA

Luciana Aliaga<sup>1</sup>

### Resumo

As complexas relações dialógicas que estão na base da concepção de ciência e arte política nos *Quaderni del Carcere* ocupam o centro de nosso interesse no presente trabalho. Dados os limites aqui impostos, procuraremos, a partir de elementos pontuais, reconstruir brevemente o rico diálogo estabelecido por Gramsci com a tradição cultural italiana e, especificamente, com a sociologia positivista. Acreditamos ser este procedimento de reconstrução do “ritmo de pensamento” do autor - uma orientação metodológica feita por Gramsci no *Quaderno 4* (p. 419) - de importância central para a apropriada compreensão deste que foi “um intelecto em continua criação e perpétuo movimento” e que não teve oportunidade de dar uma forma final e acabada à sua obra de maturidade.

\* \* \*

É possível afirmar - de acordo com Asor Rosa - que Gramsci é um "crítico-continuador" das problemáticas culturais italianas surgidas nos últimos decênios do século XIX na medida em que é profunda sua implicação com os problemas propostos nesta época, dos quais V. Pareto e G. Mosca foram os protagonistas (Cf. ASOR ROSA, 1975, p. 1048, nota 1). Este papel de crítico-continuador - que se desenvolve por meio do diálogo estabelecido por Gramsci com um universo variado dentre os expoentes mais destacados do pensamento político na Itália - é justamente o que capacita a teoria gramsciana a alcançar uma elaboração suficientemente articulada ao ponto de transcender os limites do seu centro de interesse imediato, isto é, a teoria política do socialismo, e competir com a ciência política oficial em seus temas e problemas, como já observou U. Cerroni (1976, p. 142-143, 157; cf. também FILIPPINI, 2007, p. 1).

Neste sentido, no estudo dos *Quaderni del Carcere* ganha relevância a necessidade de dispensar atenção a este procedimento polemista de Gramsci, que

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciência Política (IFCH/UNICAMP), pesquisador CEMARX/UNICAMP, bolsista

mostra-se intrinsecamente ligado à sua formação intelectual e revela um traço característico de sua reflexão – Gramsci pensa por confrontação. Giorgio Baratta (2003, p. 82-83) chama a atenção justamente para o "procedimento estruturalmente dialógico de Gramsci", como ele próprio lembra, que já tinha sido corretamente posto em destaque por V. Gerratana. Segundo Baratta este procedimento poderia também ser chamado "socrático", na medida em que o termo destacaria "tanto o caráter organicamente interrogativo como a inseparabilidade, nele, do conhecer e do agir". Sob este prisma, a obra de Gramsci apareceria, "acima de tudo, como um incentivo, um convite ao diálogo" (Cf. *idem*).

Evidência deste fundamento dialógico dos conceitos gramscianos encontra-se, sobretudo, na sua obra de maturidade escrita quase inteira no cárcere torinese e nas *Lettere dal Carcere*. Em carta datada de 15 de dezembro de 1930 a Tatiana Schucht, Gramsci afirma que “pensar desinteressadamente” seria muito difícil para ele. Diz o autor: “comumente é necessário colocar-me desde um ponto de vista dialógico ou dialético, caso contrário não sinto nenhum estímulo intelectual”. Esta carta lança luz sobre a observação presente no caderno 12, onde consta a advertência de que sua pesquisa sobre os intelectuais não seria de caráter “sociológico”, com isto o autor expressa literalmente sua intenção de se contrapor às formas esquemáticas e abstratas e de buscar uma conceituação que engendrasses ensaios sobre a história da cultura e da ciência política (Cf. Q. 12, § 1, p. 1515<sup>2</sup>). Pode-se afirmar, diante do exposto, que tanto a concepção de ciência política gramsciana como a análise da política propriamente dita são resultados da crítica e, em certa medida, da assimilação da filosofia de seu tempo. Desta não se pode excluir o pensamento de Maquiavel, ao qual o conceito de ciência política dos *Quaderni* é declaradamente devedor.

Como ressalta Silvio Suppa (2009, p. 645) para a identificação do conceito de política nos *Quaderni* se deve recorrer - necessariamente - "ao patrimônio maquiaveliano que circula em todas as notas do cárcere". No *Quaderno* 4, de onde são extraídos - ao lado do *Quaderno* 8 - a maior parte dos textos C<sup>3</sup> do *Quaderno* 13,

---

FAPESP/ CAPES-PDEE.

<sup>2</sup> Para facilitar a citação passaremos a utilizar a letra Q. seguida do número do caderno, parágrafo e página da edição crítica Gerratana, para nos referir aos *Quaderni del Carcere*, de A. Gramsci.

<sup>3</sup> V. Gerratana inclui em sua edição crítica dos *Quaderni del Carcere* todas as notas feitas por Antonio Gramsci nos 29 cadernos de tipo escolar escritos na prisão (ao todo foram 33 cadernos, contudo os 4 dedicados à traduções não foram incluídos), distinguindo os textos A (de primeira escritura), textos B (de única escritura) e textos C (de segunda escritura). Estes textos C são uma reescritura dos textos A, alguns são retomados sem grandes reformulações, outros sofrem significativas modificações e/ou inserções.

caderno monográfico intitulado *Noterelle sulla politica del Machiavelli*, diz Gramsci:

Em Maquiavel se deve investigar dois elementos fundamentais: 1) a afirmação de que a política é uma atividade independente e autônoma, que possui seus princípios e suas leis diversas da moral e da religião em geral (esta posição de Maquiavel possui um grande efeito filosófico, porque implicitamente inova a concepção da moral e da religião, isto é, inova toda a concepção de mundo); 2) conteúdo prático e imediato da arte política estudado e afirmado com objetividade realística, em dependência da primeira afirmação (Q. 4, § 8, p. 431).

A partir do estudo do pensamento de Maquiavel, Gramsci conceitua a política em dois sentidos: como atividade autônoma e independente, com leis próprias - o que torna possível a ciência da política<sup>4</sup> - e como arte política, isto é, como prática política concreta. Maquiavel, portanto, apresenta-se nos *Quaderni* como o "técnico da política", isto é, aquele que interpreta a política de um ponto de vista realista, científico, sem, contudo, deixar de ser também o "político integral em ato" (Cf. Q. 8, §1, p. 936). Deve-se observar, contudo, que tanto em sua ciência quanto em sua arte, Maquiavel precisa ser entendido como "um homem da sua época", isto é, portador de uma "arte política" que "representa a filosofia de seu tempo" (Q. 1, § 10, p. 9). Destarte, o nexa Maquiavel - política conduz a historicização da política. Portanto, se de um lado é indispensável recorrer a Maquiavel para a definição da política, por outro, se faz igualmente necessária a crítica da modernidade sobre esse pensamento que se desenvolveu a partir de um contexto político específico e que está restrito a uma determinada fase de desenvolvimento do pensamento científico. Nos termos usados pelo próprio autor, pode-se dizer que Gramsci entende ser necessário traduzir o pensamento de Maquiavel "em linguagem política moderna" (Q. 5, § 127, p. 661).

É neste sentido que se deve compreender a inovação efetuada pela crítica marxista sobre o pensamento de Maquiavel, diz Gramsci: "a inovação fundamental introduzida por Marx na ciência política e histórica de Maquiavel é a demonstração que

---

<sup>4</sup> A formulação da política como ciência autônoma, com princípios e leis diversos da moral e da religião é um desenvolvimento do pensamento de Maquiavel elaborado primeiramente por Croce e admitido por Gramsci. Diz o autor: "a afirmação de Croce que sendo o Maquiavelismo uma ciência, serve tanto para os reacionários como para os democratas, como a arte da esgrima serve aos cavalheiros e aos bandidos, para defender-se e para assassinar" (Q. 13, § 20, p. 1600). Como já ressaltou Medici, para Croce, Maquiavel seria o descobridor da autonomia e da necessidade da política porquanto coloca em relevo a laicidade da política em função de sua autonomia em relação a qualquer elemento de transcendência. Em função disto, Croce identifica em Maquiavel os elementos que permitiriam a fundação da política como ciência (Cf. MEDICI, 1990, p. 58)

não existe uma 'natureza humana' fixa e imutável e que portanto a ciência política deve ser concebida no seu conteúdo concreto [...] como um organismo historicamente em desenvolvimento" (Q. 4, § 8, p. 430-431). Esta nota nos revela os fundamentais dispositivos teóricos que estão na base da reflexão de Gramsci: criticidade e historicidade<sup>5</sup>, elementos chave para a interpretação da concepção e do exercício da ciência política nos *Quaderni* a partir de dois eixos principais : 1. a definição da ciência política como resultado da crítica marxista sobre o pensamento de Maquiavel; 2. a análise da política a partir do instrumental histórico-crítico (Marx - Maquiavel) em diálogo com as teorias sociológicas que formulavam problemas políticos em chave psicológica e biológica, isto é, com a sociologia positivista, que no final do século XIX havia alcançado na Itália seu "máximo esplendor" (BOBBIO, 1986, p. 8), da qual, como já fizemos menção, Pareto e Mosca foram os protagonistas.

C. N. Coutinho (2009, p. 750) chama a atenção para o fato de que em seu tempo Gramsci foi o único marxista a utilizar o termo "ciência política" em sentido positivo, enquanto empregou sempre nos *Quaderni* o termo "sociologia" em sentido negativo. Este não é um episódio ocasional, mas, de fato faz parte de um programa de estudos. Para Coutinho "um dos objetivos dos *Quaderni*, talvez o mais laborioso, seja precisamente a elaboração de uma ciência da política adequada a filosofia da *praxis*, isto é, ao marxismo" (idem). O primeiro elemento que Gramsci destaca na nota acima mencionada (Q 4, § 8, *Marx e Maquiavel*) é que o resultado da crítica marxista sobre a ciência política de Maquiavel consiste na "superação da concepção de natureza humana fixa e imutável", isto é, na historização das diferenças sociais. É preciso notar, contudo, que este não é um diálogo estabelecido apenas com o pensamento original de Maquiavel, mas também com aquela que ficou conhecida como herança maquiaveliana, isto é, com os mais destacados formuladores da ciência política na Itália, Mosca, Pareto e Michels<sup>6</sup>.

Pode-se dizer que as notas escritas no cárcere referentes a estes autores são em sua maioria críticas, entretanto, deve-se levar em conta que Gramsci estabelece nos *Quaderni* um diálogo com uma gama variada de autores de orientação positivista pertencentes às ciências sociais. Esta relação não é puramente crítica, mas, como observou Asor Rosa no excerto supra citado, Gramsci assume uma postura de crítico-continuador. Neste sentido observa M. Filippini (2007, p. 1) que a crítica "a sociologia

---

<sup>5</sup> Para um tratamento mais detalhado sobre esse tema consultar CACCIATORE, 2007.

positivista não pode ser lida como uma crítica da sociologia *tout court*, mas precisamente como refutação de uma particular sociologia". De acordo com este autor não se pode ignorar a atenta leitura de Gramsci das obras de Proudhon, Sorel, De Man, Weber, Bernstein - e também de Michels, Mosca e Pareto - porque, se de um lado existe uma forte crítica à imprecisão e à superficialidade da sociologia italiana, por outro lado, existe também uma aceitação consciente dos principais nós conceituais que os grandes estudos de sociologia analisaram na passagem para o século XX (Cf. idem, p. 4).

Por este motivo, ao invés de estabelecer uma simples oposição entre a ciência política que Gramsci propõe e as ciências sociais positivistas, preferimos admitir a complexidade da relação entre Gramsci e seus interlocutores. Nos seus anos de formação, Gramsci assistiu a constituição da ciências sociais como um verdadeiro e próprio campo de batalha, que a esquerda havia abandonado, deixando à sociologia burguesa "o caráter ordenativo, o dispositivo intelectual de mediação entre ação social e sua decodificação política" (idem, p. 2), por este motivo é compreensível que Gramsci se proponha a retomar o campo de batalha abandonado, isto é, a partir dos temas e dos problemas que eram próprios das ciências positivas.

As interpretações essencialistas da sociologia da época constituem de fato um dos nós centrais a desatar, uma vez que haviam se tornado senso comum fazendo das minorias dirigentes e da inaptidão da massa para a política um fenômeno imutável. O estudo do pensamento de Pareto ganha relevância para o esclarecimento desta polêmica na medida em que, sendo declaradamente positivista, desempenha papel ativo no movimento de crítica do positivismo que teve lugar no início do séc. XX na Itália (Cf. BOBBIO, 1986, p. 11). Propõe - no interior de seu *Trattato di Sociologia Generale* - um novo método de interpretação social, o método "lógico experimental", de cujas matrizes uma das mais notáveis é a interpretação quase literal do pensamento de Maquiavel, o que leva R. Medici a afirmar que Pareto seria "o mais maquiaveliano dos elitistas (MEDICI, 1990, p. 30). Pareto e Gramsci, portanto, estão igualmente interessados em propor uma ciência da política de caráter histórico e realista, baseada no pensamento de Maquiavel, capaz de transcender as formulações abstratas do positivismo vulgar. Por esta razão há, de fato, uma notável continuidade entre os temas e problemas tratados, os autores em questão, contudo, como veremos, desenvolvem sua análise a partir de perspectivas diametralmente opostas.

---

<sup>6</sup> Sobre os "herdeiros de Maquiavel" consultar BURNHAM, 1963 e MEDICI, 1990.

De acordo com Pareto, a sociologia não havia ainda se tornado uma ciência porque os sociólogos - também os positivistas - não haviam se libertado da velha idéia metafísica da existência de uma ordem racional no universo. Por esta razão a sociologia não se distinguia da filosofia da história, culminando assim no idealismo (Cf. BOBBIO, 1986, p. 38). Para Pareto, ao contrário do que a sociologia afirmava, a maior parte das ações dos homens não são orientadas pela razão, isto é, os homens agem movidos pelos seus instintos e sentimentos, mas procuram dar uma explicação racional a estas ações (PARETO, 1923, v. 2, § 1401, p. 331). O autor identificava a explicação para o problema da relação entre fenômeno objetivo e sua aparência - o problema das ideologias em termos marxistas - entre a biologia e a psicologia (BOBBIO, 1986, p. 39). Deve-se observar que a relação entre política e psicologia está presente tanto na obra de Pareto quanto na obra de Mosca, contudo está ausente nestes dois autores qualquer empréstimo de tipo teórico da psicologia estreitamente entendida. Ambas as teorias não fazem mais que deduzir, no âmbito sociológico, “certos aspectos da psicologia humana, sem os quais não seria possível explicar as ações” (MEDICI, 1990, p. 20).

A psicologia humana é importante na obra de Pareto porque, a diferença do marxismo, este toma o indivíduo e não a classe social como objeto de análise fundamental (Cf. PARETO, 1923, v. 3, § 2037, p. 259). Para Pareto, assim como para Maquiavel, a política deve ser entendida primeiramente como a luta entre os homens por poder e privilégios (Cf. BURNHAM, 1963, p. 46-47) de forma que, sob este ponto de vista, os conflitos ritmariam a vida social por meio de uma luta que se estabelece entre indivíduos em disputa pelo poder (Cf. BUSINO, 1974, p. 30, 46). Neste sentido, a constatação de valor científico para Pareto se define na valorização do conflito entre indivíduos singulares como um aspecto intrínseco à vida social, de forma que a ação organizada de classe como elemento de definição da vida política passa a ser uma crença e não propriamente uma verdade científica. Para Pareto não se pode pensar a ação organizada de classe na medida em que as classes não agem como unidades concretas, isto é, como se fossem uma só pessoa (PARETO, 1923, v. 3, § 2254, p. 391). Não há – segundo este autor – uma “única vontade e que, graças a lógicas medidas, levem a efeito os projetos concebidos”, de forma que seria um equívoco dos socialistas imaginarem que a elite governante pudesse adotar medidas lógicas em conjunto para realizar programas (Cf. *idem*). Sendo assim, o estudo da psicologia humana torna-se incontornável porquanto “toda obra do homem é obra psicológica”, “não só o estudo da Economia, mas também aquele de todos os outros ramos da atividade humana é estudo

psicológico”.

Pareto se apóia justamente nas qualidades individuais dos membros das elites para explicar o fenômeno da sua existência histórica. No sistema paretiano as minorias dirigentes se constituem de todos aqueles indivíduos que conseguiram os índices mais altos na sua específica área de atuação, alcançando, assim, lugares privilegiados na hierarquia social (idem v. 3, § 2026, p. 255). A distinção entre aqueles que estão num estrato superior, as elites, e aqueles que se encontram num nível inferior, portanto, é feita com base nas capacidades individuais, levando-se em conta a valorização desta ou daquela capacidade pelo grupo social (BUSINO, 19--., p. 21). Uma vez que as elites se constituem em função das qualidades individuais, ainda que mudem as classes no poder, em substância a *realtà effettuale* é a mesma, isto é, “na realidade não existe mais que os homens que governam e os que são governados” (PARETO, 1987, § 656, p. 688-95). Pareto, assim, afirma a absoluta e natural divisão entre governantes e governados, na qual a massa de governados é caracterizada pela ausência da capacidade de direção política e, por isto, intrinsecamente passiva<sup>7</sup>, o que torna o auto-governo uma quimera.

O fundamento da política neste sentido, não estaria na constituição jurídica do Estado, este seria uma mera abstração para Pareto (*idem*). Na análise social – ressalta o autor – “não se deve confundir o estado de direito com o estado de fato; somente este último importa para o equilíbrio social” (T., v. 3, § 2046, p. 260). O estado de fato consiste na divisão da sociedade em dois estratos, um superior – “no qual estão os governantes” – e outro inferior “onde estão os governados” – este seria um evento patente “que em todo tempo se impôs ao observador, até mesmo aos menos argutos” (PARETO, 1923, v. 3, § 2047, p. 260).

Pareto, portanto, considera a ciência política como ciência do indivíduo, da sua psicologia como definidora da forma geral da sociedade. Nos *Quaderni Gramsci* lança uma questão bastante relevante para esta discussão: “o que é o homem? O que é a natureza humana?” (Q 10II, § 48, p. 1337). Ao que o autor responde: “Se definimos o homem como indivíduo, psicologicamente e especulativamente, estes problemas do progresso e do devir tornam-se insolúveis e permanecem mera palavra” (idem). Em outros termos, ao reduzir a concepção de homem a uma idéia essencializada e estática de indivíduo cancela-se qualquer possibilidade de movimento, de mudança histórica, do

---

<sup>7</sup> Para chegar a esta conclusão Pareto efetua uma análise da estrutura das ações humanas, que, dados os limites deste trabalho, não será possível desenvolver. O autor desenvolve o problema no *Trattato di Sociologia Generale* (PARETO, 1923, v.2, § 888-889). É também possível encontrar uma exposição clara

próprio devir. Por esta razão - conforme Baratta (2003, p. 108) - Gramsci não admite uma concepção de homem limitada a sua individualidade, ao contrário, o homem é concebido sempre como uma série de relações ativas, como um processo, no qual a individualidade possui a máxima importância, mas é, entretanto apenas um elemento a ser considerado: “A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: 1. o indivíduo; 2. os outros homens; 3. a natureza” (Q. 10II, § 54, p. 1345).

Diante disto não se pode afirmar uma natureza humana, igual e eterna, isto é em todos os tempos e em todos os espaços. De acordo com Gramsci os homens, estando em relação orgânica entre si, transformam a si mesmos na medida em que transforma-se e modifica todo o complexo de relações do qual eles são o centro de ligação (cf. idem). Em outros termos, o homem só admite uma definição não-essencialista porque ele “muda continuamente com a mudança das relações sociais de força” e por esta razão “nega o homem em geral” (Cf. Q 7, § 35, p. 885) . Sendo assim, conforme Barata, a resposta mais satisfatória para a questão “o que é o homem” seria que este é definido pelo “complexo de relações sociais”, aceção importante sobretudo porque admite o devir (Cf. BARATTA, 2003, 111).

Se admitimos, como Pareto, que a ciência política é a ciência do homem, então, podemos dizer com Gramsci - a partir da crítica da concepção de natureza humana - que a ciência política é ciência das relações sociais de força. Destarte, a ciência política não deve concentrar-se sobre o indivíduo e sim sobre o complexo de relações sociais de força, que só pode ser entendida a partir da análise conjunta da política, da economia e da filosofia. Somente a partir deste nexos se desvela a ligação orgânica entre as classes, os partidos políticos e as elites dirigentes<sup>8</sup>.

É a partir da criticidade e da historicidade da ciência das relações sociais de força que Gramsci alcança a compreensão de que o problema da divisão histórica entre

---

do problema em ARON (2000), LOSURDO (2006); BONETTI (1994).

<sup>8</sup> De acordo com Gramsci: “As classes expressam os partidos, os partidos elaboram os homens de Estado e de Governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade política. (...) Não pode haver elaboração de dirigentes onde falta atividade teórica, doutrinária dos partidos, onde não são investigadas e estudadas sistematicamente as razões de ser e de desenvolvimento da classe representada” (Q. 3, § 119, p. 387). Ao sublinhar que os partidos são expressão das classes sociais e elaboradores de dirigentes da sociedade civil e da sociedade política, Gramsci põe em relevo uma realidade política não imediatamente aparente: o pessoal dirigente de Estado e de Governo está diretamente relacionado às classes sociais. O autor ressalta, assim, o caráter de classe do Estado moderno, isto é, embora os intelectuais pudessem aparecer como uma classe autônoma, como uma casta, desligados do mundo da produção e dos seus interesses econômicos, estes somente poderiam se constituir enquanto dirigentes em função da atividade teórica e doutrinária dos partidos.

governantes e governados deve ser impostado em termos essencialmente políticos. Esse é próprio o nó central da política, de acordo com o autor: “o primeiro elemento é que existem de fato governantes e governandos, dirigentes e dirigidos. Toda a ciência e a arte política se baseiam sobre este fato primordial, irreduzível (em certas condições gerais)” (Q. 15, § 4, p. 1752). Gramsci, portanto, assimila este tema - central na teoria política oficial, tanto em Pareto quanto em Mosca e Michels - reformulando-o em termos histórico-críticos. Diz o autor na continuação deste mesmo parágrafo “as origens deste fato constituem um problema em si, que deverá ser estudado em si (pelo menos se poderá e deverá estudar como atenuar e fazer desaparecer o fato, modificando certas condições identificáveis como atuantes neste sentido)”. É condição primordial para a superação desta divisão – de acordo com Gramsci – a interação orgânica entre os dois níveis, isto é, entre intelectuais e simples, entre teoria e prática, problema este que se colocará no centro da constituição do partido político das classes subalternas e da reforma intelectual e moral. Gramsci, portanto, desloca o tema do terreno do positivismo e absorve-o no interior de sua filosofia da *praxis* em termos inteiramente renovados.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ASOR ROSA, A. “La cultura”, in *Storia d’Italia*, v. 4, tomo II, Einaudi, Torino, 1975.
- BARATTA, G. *Le rose e i quaderni - il pensiero dialógico di Antonio Gramsci*. Roma, Carocci/IGS, 2003.
- BOBBIO, N. *Profilo ideologico del Novecento italiano*, Torino, Einaudi, 1986.
- BONETTI, Paolo. *Il Pensiero Político di Pareto*. Bari: Laterza, 1994.
- BURNHAM, J. *The Machiavellians , defenders of freedom*. Chicago: Gateway, 1963.
- BUSINO, G. “Introduzione”. In PARETO, V. , *I Sistemi Socialisti*. Torino: UTET, 1974.
- CACCIATORE, G. “Filosofia della prassi e marxismo critico, in *Atti del III Convegno della IGS: “Antonio Gramsci, un sardo nel ‘mondo grande e terribile’”*, Cagliari-Ghilarza-Ales, 2007. disponível em [www.igsitalia.it](http://www.igsitalia.it). Consultado em 16/07/2010.
- CERRONI, U. *Teoria política e socialismo*. Lisboa: Europa-America, 1976.
- COUTINHO, C. N. “Scienza della Politica”, in LIGUORI, G.; VOZA, P., *Dizionario*

*Gramsciano*, Roma, Carocci, 2009.

FILIPPINI, “Gramsci e le Scienze Sociali”, in *Atti del III Convegno della IGS: “Antonio Gramsci, un sardo nel ‘mondo grande e terribile’”*, Cagliari-Ghilarza-Ales, 2007. disponível em [www.igsitalia.it](http://www.igsitalia.it). Consultado em 16/07/2010.

GRAMSCI, A., *Quaderni del Carcere*, v. 1, Torino, Einaudi, 2007.

\_\_\_\_\_. *Lettere dal carcere*. Turim, Einaudi, 1977.

KANOUSI, D. “Nota breve sul Machiavelli dei Quaderni del Carcere”, in *Atti del III Convegno della IGS: “Antonio Gramsci, un sardo nel ‘mondo grande e terribile’”*, Cagliari-Ghilarza-Ales, 2007. disponível em [www.igsitalia.it](http://www.igsitalia.it). Consultado em 16/07/2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*: edição bilíngüe. São Paulo: Hedra, 2007.

MEDICI, R. *La metáfora machiavelli – Mosca, Pareto, Michels, Gramsci*. Modena: Muchi, 1990.

PARETO, V. *Trattato di sociologia Generale*. Firenze: G. Barbera, 1923.

\_\_\_\_\_. *I Sistemi Socialisti*. Torino: UTET, 1974.

SUPPA, S. “Politica”, in LIGUORI, G.; VOZA, P., *Dizionario Gramsciano*, Roma, Carocci, 2009.